

METODOLOGIA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Pedro Demo

Este texto trata, essencialmente, do processo metodológico — etimologicamente, do estudo dos caminhos e dos instrumentos usados para se fazer ciência. Como disciplina, a metodologia da pesquisa é marcadamente instrumental, sendo colocada a serviço da pesquisa e do processo de formação científica. É dessa forma que o autor a aborda neste texto, acentuando que, não obstante exista sempre uma adaptação mútua entre a teoria e os instrumentos usados em sua montagem, a metodologia científica não estuda teorias, mas o modo de sua armação e construção.

O autor situa a pesquisa como a razão mesma de ser da atividade acadêmica. Sem desmerecer a docência e também a atividade de extensão, acentua que estas duas dependem intrinsecamente da pesquisa. Sobre este aspecto, é incisivo: "Só tem algo a ensinar aquele que, por meio da pesquisa, construiu uma personalidade própria científica, aquele que tem uma contribuição original; caso contrário, não vai além de narrar aos estudantes o que leu por aí. E se atribuímos à universidade um compromisso com a comunidade em que está inserida, para que não fique apenas na teoria, mas consiga descer à prática, isto se consegue da melhor maneira possível se a intervenção na realidade estiver baseada em pesquisa prévia, porque não se pode influenciar o que não se conhece."

Estruturada sobre esta colocação inicial, a primeira parte deste texto cuida do **débito social da ciência**. Nesta parte, o autor trata de questões mais gerais, onde sobressai a perspectiva da sociologia do conhecimento na demarcação científica, na vigência do argumento de autoridade, na busca da relativização da ciência, na idêia da antimetodologia como contrabalço à preocupação exagerada e moralista do metodólogo e na discussão em torno da neutralidade. Procura então destacar que, embora não se deva supervalorizar a metodologia instrumental, ela desempenha papel decli-

(Continua na mesma página)

METODOLOGIA CIENTÍFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PEDRO DEMO



EDITORA ATLAS S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)
Caixa Postal 7186 — Tel.: (011) 221-9144 (PABX)
01203 São Paulo (SP)

6.5.80

Sociedade Provisória — perspectivas de uma metodologia processual dialética

Não parece exagerado afirmar que através de algumas perspectivas metodológicas penetra cada dia mais *uma visão rotativa da sociedade*, que se qualifica sobretudo pela unidimensionalidade de sua autoconfirmação. Um conhecimento apenas positivo constrói exclusivamente um instrumental conceitual afirmativo, avesso por vocação ao embate crítico e à reformulação constante. O pensamento tende a ser cada dia mais sistêmico, no sentido de que ontocratiza sem mais o sistema, dado como perspectiva última da construção do objeto científico. Com isso, o pensamento negativo emerge como residual, restando como mobilidade única do sistema a capacidade rotativa autoconfirmadora.¹ O conflito é considerado como um cartão mal perfurado em computador: é devolvido, não é convertido. Trata-se, na verdade, de um mundo selecionado de chaves, que seleciona e educa também o modo de pensar. Como o modo de se construir uma teoria também influi na feitura da própria teoria, o instrumental decreta na sua persistência a persistência do sistema, de tal forma que a persistência não é do processo, mas da resistência ao processo. Certamente abusa-se dos dois extremos: tanto da prioridade social e da concomitante sede insaciável de novidade, como da capacidade institucionalizadora dos processos sociais. Parece haver tanto a persistência, quanto a inconsistência. Com certo desprestígio da História, que sempre privilegia o provisório, em favor de invariantes que solucionam na matriz dada toda possibilidade processual ulterior, a metodologia que mais se impõe é a de tipo circular, já que todo conflito seria uma anomalia curável.²

Esta linguagem é muito abstrata, como toda linguagem metodológica, que se detém na busca de instrumentais conceituais dentro de contextos teóricos. Não se pretende em absoluto elaborar alguma teoria social, embora seja impossi-

vel se conceber algum instrumental sem alguma idéia teórica de seu uso; cada tipo de abordagem reflete sub-repeticivamente pressupostos teóricos e mesmo filosóficos. Queremos apenas discutir algumas perspectivas de compreensão do instrumental dialético, dentro de uma ótica que se deseja aberta, ao se declarar adversa da tentativa freqüente de o enclausurar num mundo acrílico. O instrumental dialético não passa de um modo de se privilegiar alguns fenômenos sociais que se julgam ser mais básicos que outros, mas contém, como qualquer tipo de instrumental conceitual, seus problemas e seus vazios. O ponto de vista marxista não é o único, embora seja o que talvez mais se tenha dogmatizado e difundido. Dentro desta dimensão, é necessário ressaltar que tratamos a metodologia dialética como uma entre outras possíveis, à qual não concedemos de partida nenhum privilégio teórico; pelo contrário, ao lado de suas possíveis virtudes, é preciso impugnar suas dificuldades e abusos.

Não se deve, pois, procurar aqui um tratado sobre esta metodologia e muito menos uma apologia, já que julgamos não processual uma abordagem apologetica. Pretendemos apenas explicitar alguns termos mais centrais deste corpo instrumental, algumas perspectivas de uso em visões sociais, bem como alguns problemas abertos que influem em suas mais variadas ramificações. *Existem seitas dialéticas*; existem cientistas que gostariam de ser dialéticos, mas não o são, quer por ser isto de "bom tom" em muitas universidades quer por falta de noção mais exata desta abordagem; existem outros que o são à revelia, até mesmo à medida que a combatem. Dialético não é sinônimo de progressista. Há, com efeito, os dialéticos mais reacionários que podemos imaginar. E não é necessário, em absoluto, ser marxista para ser dialético, já que a dialética marxista não passa de uma de suas formas possíveis, assim como a teoria marxista não passa de uma entre outras, todas até certo ponto cabíveis, mas sempre, certamente, provisórias e suficientemente problemáticas.

A busca de uma dialética aberta, que é a alma de nosso esforço aqui, parte da constatação simples de que a dialética tem servido sobretudo para acobertar as mais estranhas "igrejinhas". Difícilmente um dialético é menos sectário do que um positivista; pratica freqüentemente a exclusão respectiva de seus adversários, a estas alturas já qualificados como ignorantes, ingênuos, alienados. Sobretudo na discussão da verdadeira e da falsa consciência, é típico da dialética considerar-se como detentora monopolista da verdadeira consciência, como se o "resto" fosse uma "massa ignara". Como se vê, nossa proposta metodológica, alcinhada de processual, tem uma fundamentação dialética e que deveria ficar explícita neste capítulo. Esta ótica tem também suas dificuldades, que serão acentuadas convenientemente. Contudo, dentro da precariedade congênita de qualquer abordagem, esta nos parece ainda a menos precária. Sabemos também que a visão dialética está em recesso crescente, valendo mesmo para alguns como indicador de atraso científico. O fato, por exemplo, de ela ser muito usada nos países subdesenvolvidos não é só interpretado como característica de nossa visão social, mas muitas vezes também como indicador de subdesenvolvimento científico.³

1. P. Demo, *Da Burocracia à Administração Total* (Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1972), mime.

2. P. Demo, *A Sedução das Metodologias Formais* (Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974), mime.

3. P. Demo, *Sociedade Provisória — Perspectiva de uma Metodologia Processual* (Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1973), mime., 116 p.

7.1. CONTEXTO CONCEITUAL BÁSICO

Interessamos-nos agora os conceitos mais próximos ao instrumental dialético que, por isso, formam, por assim dizer, o pano de fundo ou a tessitura subjacente de termos que dão coerência suficiente a este modo de ver as coisas e suas mutações. Para uma aferição metodológica, um dos métodos mais diretos é dado pela pergunta: quais são as categorias fundamentais, tão fundamentais, cuja supressão determinaria o esvaziamento da teoria? É o que tentamos fazer aqui, na esperança de poder montar, assim, os pressupostos teóricos da dialética e de suas versões contraditórias.

7.1.1. Historicidade

Antes de chegarmos diretamente ao termo, convém esclarecer a tríade frequentemente usada: historicismo, historicismo, historicidade.⁴ *Historismo*, infelizmente, denota uma gama desconcertante de significados. É concebido como a tentativa de reação contra a aplicação de medidas supratemporais para a avaliação da História, denotando que ela é sua própria medida; contra a tendência das divisões mirabolantes de sabor filosófico, erige-se a tendência a desmistificar tais visões, por meio da orientação empírica e do abandono da especulação. É também concebido como relativização de todos os valores atuantes na História, apresentando-se ao positivismo e à sua reação contra valorações na ciência. Pode, porém, significar também falta de sentido pela época presente, e, concomitantemente, ser um indício de uma atitude amorfa e não criadora. Interessamos-nos aqui, contudo, uma conotação mais precisa e que inclui elementos das já mencionadas: *a tendência absoluta do passado, como medida total do presente, e do futuro*. Concebe-se o momento presente como uma situação fechada, no sentido de que ela se esquivava mais ou menos à mutação histórica e à transcendência para o futuro. Nestes termos, o presente é a mais recente repetição do passado, o que excluiria qualquer possibilidade de criação histórica. Seria esta uma concepção estranhamente tradicionalista, que remete o presente unicamente às suas bases históricas passadas.

Historicismo é um termo menos dúbio e quer geralmente conotar a *tendência de absolutização da força transformadora do futuro*, de tal sorte que a história anterior não passaria de simples pré-história. A própria transformação pressupõe mais ou menos a aniquilação do que se passou, para se poder construir algo de totalmente novo. Foi esta a atitude muito estigmatizada por Popper, imputando-a ao marxismo. Toda prognose será historicista se não partir do pressuposto probabilístico de que ela se verificará caso as condições anteriormente dadas se mantiverem a um ritmo relativamente estável. Quem, porém, concebe o imprevisto como possível historicamente, colocará restrições ao historicismo e dará certa importância, pelo menos, aos condicionamentos imprevisíveis do passado.⁵

4. P. Demer, *Bewusstheit und Geschichte - Zur Politischen Gesellschafts Theorie Freyer*, und Marquise (München, 1973), p. 15 ss.

5. A respeito dos limites da prognose e do experimento em Ciências Sociais, Cf. P. Demer, *Notas Gerais sobre Indicações Sociais* (Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1973), pp. 4 ss, 55.

historismo - congelamento passado
historicismo - futuro
historicidade -

Para nossas reflexões, o historicismo iguala-se à *atitude revolucionista* e historicismo à *atitude reformista*. Ambas seriam a-históricas, porque unidimensionalizam o significado da História para o presente. A primeira capta o presente apenas a partir do futuro, e a segunda apenas a partir do passado. Cremos, contudo, que a sociedade é um todo prenhe de passado e de futuro, como se há de explicar dialeticamente.

Historicidade perfaria esta dimensão intermédia entre o historicismo e o historicismo. Caracteriza a mobilidade constante da História, o vir-a-ser contínuo das formações sociais. O histórico vive da tensão dialética entre a persistência no tempo e a transcendência para o futuro. Marcuse afirma explicitamente que a condição básica para se empregar o predicado dialético é a propriedade de "ser histórico" (*das eigentlich Geschichtlich-Seiende*): "A existência humana em sua realidade, no seu acontecer dentro de um mundo que se movimenta e se desenvolve." Não haveria, assim, sentido em se aplicar a dialética para algo que não fosse histórico, ou que não estivesse embebido de historicidade. "Se a dialética se baseia na historicidade e se só o ser humano é propriamente histórico, de tal forma que somente existe como concreto-histórico, isto é, sempre determinado por uma situação histórica concreta, então a dialética só pode encontrar seu pleno sentido na história concreta do ser humano." Este enfoque não tange apenas o problema da historicidade, mas também outra questão: se a dialética é propriedade de toda a natureza, ou de uma parte específica dela, a saber, das formações sociais. Ou por outra: existe uma dialética da natureza ou apenas uma dialética da sociedade? Uma pedra não teria em si história, em sentido próprio; talvez tenha cronologia. A capacidade histórica seria, assim, mais específica (ou unicamente específica) das realidades sociais, que, na medida de sua ligação humana, estariam embebidas de historicidade. Esta opinião não é aceita por todos.

É particular do histórico a qualidade de ser provisório, instável, lábil, imperfeito, precário. São predicados que contrariam fundamentalmente qualquer posição advinda de qualificativos absolutizantes: perfeito, estável, definitivo, equilibrado, harmonioso. Mas pelo fato de algo ser provisório, isto não quer dizer que exista menos; apenas assume esta forma de existência. O elemento absoluto nele atuante é a perenidade do provisório. Cada formação social seria física. O conceito de fase indica as duas direções contrárias: a continuidade quebra-se, mas na direção em que as fases se sucedem, continua o processo. Apenas, a continuidade não é de algo que permanece, mas de algo que sucede. O persistente nas formações sociais é a capacidade de não persistir.⁶

Certamente isto não significa que as coisas são apenas fugazes, ou, por outra, que mal e mal existem. Elas resistem ao tempo. Possivelmente a sociedade industrial há de resistir ao tempo por muitas décadas ainda, antes de desembocar na, assim dita, era da automação, se é que vamos para esta direção. Apesar disto, ela não será mais que uma formação histórica: quer dizer, assim como ela sucedeu

6. H. Marcuse, "Zum Problem der Dialektik", in: *Die Gesellschaft* 7 (1930), p. 27-28. 7. Id., ib.

8. H. Freyer, *Sociologia Ciência de la Realidad* (México, 1944): livro de inestimável valor como fundamentação histórico-dialética da sociologia.

a uma sociedade que também resistiu muito ao tempo — a sociedade medieval-feudal —, ela também será sucedida um dia por outras formações sociais. Vale notar que a persistência de certas formações sociais é muitas vezes superior à esperada dentro de alguns contextos teóricos. Marx esperava a derrocada do capitalismo ainda no século passado, previsão em que se enganou redondamente, desconhecendo a capacidade capitalista de se recompor das sucessivas crises.⁹ A persistência da religião católica ou judaica talvez seja um dos fenômenos históricos mais densos, no sentido de uma organização social de muita capacidade de sobrevivência histórica. Mesmo assim, houve muitas fases dentro desta organização, marcadas por crises maiores ou menores, que a obrigaram a novos confrontos consigo mesmas e a reformulações por vezes bastante radicais, como foi o Concílio Vaticano II para a religião católica, por exemplo. A democracia americana é outro fenômeno de considerável resistência histórica, embora não passe de uma versão possível da democracia.

7.1.2. Processo

Junto com o conceito de historicidade, o de processo demarca profundamente o contexto dialético. Processo qualifica-se pela propriedade de estar a caminho, de estar sempre em formação, isto é, de nunca ser algo completamente formado, acabado, fechado. Uma realidade processual é aquela que se define por um constante vir-a-ser, não como defeito, mas como condição de existência.

Uma realidade é processual quando possui dentro dela um agulhão constante que a obriga a se mover. O movimento lhe é característico em todo o momento imaginável. A realidade processual sempre se desenvolve, não no sentido de que sempre marcha em frente — pode também marchar para trás —, mas no sentido de que não existe uma verdadeira parada. Uma parada só seria concebível como um entrave ao movimento, mas desde que uma parada fosse um movimento coarctado, ela seria, com efeito, outra forma de movimento: o movimento comprimido.

A idéia de processo não inclui a de *progresso*; pode ser também a de regresso. Este ponto será importante para o equacionamento da dialética, que muitos autores julgam sempre progressista, seguindo a ideologia do progresso, típica do século passado. O importante é frisar que o movimento é o ponto de partida e de chegada, de tal forma que a estabilidade social deveria ser captada a partir do enfoque de uma forma de movimento, não de sua ausência. A inércia social, por exemplo, será definida como processo em formação, não como situação originária já dada a partir de alguma tendência básica social à estática.

Se o estado comum de uma realidade for o estado de vir-a-ser, isto conota um conjunto de significações típicas:

- a) a realidade social continuamente se desdobra, se movimentando, está sempre em transformação;

9. R. Blackburn (org.), *Ideology in Social Science* (Fontana, 1972); R. Miliband, *O Estado na Sociedade Capitalista* (Rio de Janeiro, Zahar, 1973).

b) a realidade social é fragmentária, porque só o fragmento admite a definição de si como incompleição congênita;

c) a processualidade, como está sempre vindo-a-ser, admite como conteúdo apenas o passado; o presente é essencialmente fugaz; o futuro é essencialmente aberto. O presente não é um momento, nem uma época, mas apenas a separação entre o passado, já terminado, e o futuro, sempre aberto;

d) a processualidade indica a mobilização constante da realidade, não, porém, uma direção predeterminada, que a faria sempre progressiva, ou regressiva, ou circular;

e) a processualidade conota que sempre há futuro, que a História não acabou; mas não predetermina o futuro, como se levasse em si uma estação final ao fim da marcha histórica;

f) a processualidade sempre marcha, mas como não se concebe um último passo, é inútil procurar na face da História a astrologia dos últimos dias ou de uma sociedade perfeita;

g) são, assim, as condições históricas concretas que determinam a direção da História, não um esquema invariante atemporal;

h) a qualidade de vir-a-ser impede que se assumam o passado como limite máximo do futuro, porque isto reduziria o futuro ao nível de um mero rearranjo de elementos invariantes, ou seja, a um rodízio perene do passado.

O conceito de processo aproxima-se muito de um conceito atual que se pretenderia dialético, o de *utopia*. Na interpretação tradicional, predominam conotações antiprocessuais, como realidades acabadas, fechadas, isoladas. Utopia seria a projeção alienada de uma sociedade perfeita para fora do contexto histórico do conflito, normalmente para uma ilha, onde se pode sonhar descompromissadamente com harmonia e estabilidade. Tomando-se, porém, a sério seu conteúdo etimológico originário — incapacidade de se realizar concretamente —, pode assumir um sentido eminentemente dialético. Sua exemplificação mais comum é a problemática da revolução, que tocamos mais adiante, cuja alma seria a utopia de uma sociedade perfeita, sem dominação e totalmente igualitária, por exemplo. Mas, mesmo sendo a alma da revolução, o móvel do entusiasmo revolucionário, não obtemos na história concreta a realização de tais ideais, que, por definição, não são realizáveis (deixariam neste caso de serem ideais). Concebe-se, pois, que, embora não se realizando, a utopia faz parte da realidade, compondo uma tensão interna na realidade que a torna precisamente processual. Porque não cessa a busca de uma sociedade melhor, fazemos sempre novos projetos: estes novos projetos não esgotam a História, são sempre apenas novas fases. Mas se nos satisfizéssemos com eles, estancariamos o processo. No contexto da ciência a utopia da verdade desempenha papel preponderante, como vimos; é em nome dela que não cessa a crítica; a ciência é tanto mais científica quanto mais se supera. Na história concreta, porém, só encontramos teorias realizadas imperfeitamente, dentro da relatividade social.

"A realidade social é concebida, então, como uma tensão constante entre dois pólos: um relativo, outro absoluto. O pólo relativo é constituído pelo factual, pela realização concreta da sociedade, pelas instituições existentes e vigentes; o pólo absoluto é constituído pela perpetuidade do movimento, pela processualidade inesgotável, que faz de cada realização social apenas uma fase provisória. Cada situação social pode ser superada, transformada, transcendida: a possibilidade constante de superação, aplicável a toda e qualquer sociedade, por melhor que seja, é o pólo absoluto da realidade social. Nesta visão, exatamente, uma sociedade sem utopia é uma sociedade estática."¹⁰

7.1.3. Mutação Social

Já é uma banalidade a afirmação de que o dialético assume o ponto de vista da mutação social. A bem da verdade, dificilmente alguém assumiria um ponto de vista totalmente contrário, mesmo que não fosse dialético. O problema coloca-se não na aceitação pura e simples ou na negação pura e simples da mutação social, mas no modo desta aceitação ou negação. O funcionalista não pretende negar a mutação social: há sempre um capítulo em seus manuais sobre isto, ainda que seja o último. Em vez, porém, de privilegiar teórica e metodologicamente o ponto de vista da mutação social, privilegia a característica da manutenção de padrões valorativos institucionalizados na sociedade, o que, aliás, não deixa de ser um fenómeno considerável, também para o dialético. Esta ótica não desconhece a mutação, apenas a secundariza; talvez mais que isto, a unidimensionaliza, à medida que concebe a mutação sempre como imanente a um sistema dado, que seria, ao mesmo tempo, o horizonte máximo dos parâmetros da mutação. Com isto, reconhece-se a mutação dentro do sistema.¹¹ *Para o resto da mudança*

O ponto de vista dialético preconiza a normalidade de mudanças do sistema, ou seja, a transição de um para outro sistema, no esquema de uma superação histórica. Os quadros desta transição são às vezes polémicos e vamos-nos detendo à frente. A mutação dentro do sistema pode reconhecer conflitos e problemas que obriguem o sistema a uma resposta, mas conserva-se sempre a projeção básica, segundo a qual não se questiona o sistema em si, mas apenas algum elemento interno, que, por definição, seria solucionável.¹²

7.1.4. Transcendência

Este termo é entendido, certamente, apenas em sua perspectiva intramundana, excluindo-se qualquer referência religiosa transcendental.¹³ Conota simples

10. P. Demo, *Conflito Social* (Rio de Janeiro, Vozes, 1973), p. 7.
11. P. Demo, *Sociologia a Serviço do Status Quo* (Rio de Janeiro, Vozes, 63, 1969), p. 963 ss.
12. W. Buckley, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas* (Cultrix, 1971), p. 44, cf. Crítica a Parsons e a Homans.
13. A explicitação de Marcuse é a seguinte: "Os termos 'transcender' e 'transcendência' são usados em todo este livro no sentido empírico, crítico; designam tendências na teoria e na prática que, numa dada sociedade, 'ultrapassam' o universo estabelecido do discurso e da ação no que concerne às suas alternativas históricas (possibilidades reais)." Cf. H. Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial* (Rio de Janeiro, Zahar, 1969), p. 15. rodapé.

mente a possibilidade normal de superação de dado sistema, a saber, não apenas a possibilidade imanente de um sistema rearranjar-se internamente (se reformar), mas também de se contestar radicalmente e inaugurar uma nova fase (se revolucionar). Uma sociedade sem transcendência seria aquela que excluísse seu questionamento como um todo e apenas admitisse o protesto sistêmico que sempre resulta numa autoconfirmação. Uma realidade social não pode sempre apenas ser melhorada; pode também defrontar-se com a necessidade de superação.

Advoga-se, assim, que a superação de uma realidade social é um passo normal da História, como parece ter sido normal a passagem da era feudal à era industrial, em que uma fase histórica teria sido realmente superada. Qualquer sociedade não precisa, pois, de um elemento estranho e externo para desencadear sua transformação; a possibilidade de transformação existe nela mesma, pela sua própria condição processual. Ou por outra: *toda sociedade pode gerar sua superação.*

O conceito de transcendência ganhou importância dentro da moderna discussão ligada ao reconhecimento das dificuldades crescentes para se projetar um modelo alternativo aos padrões da sociedade industrial avançada. Esta problemática é comum ao capitalismo e ao socialismo, em suas formas avançadas, onde a tecnocracia monta cada dia mais uma "administração total", que tudo prevê, contorna todos os conflitos e declara idéias alternativas como irracionais. Acusa-se, então, uma perda crescente de vitalidade histórica das sociedades modernas, à medida que a superação emerge como loucura, isto é, impossível de se realizar, resultando na concepção de que a superação seria algo patológico. Dentro do marxismo o problema ganhou especial destaque, porque se reconhece a tendência de o proletariado europeu, embevecido pelo bem-estar material crescente, perder sua vocação contestadora, passando o aliado da situação vigente. Pior que tudo, os próprios partidos comunistas europeus são todos, no fundo, situacionistas.¹⁴

Tais colocações são controversas, pelo menos no sentido de incorrerem talvez na mania do "último" historiador, que sempre julga sua época como a mais crítica, esquecendo-se de que a "crise" é condição processual da realidade social. De qualquer maneira, pode-se ver nisto uma hipótese não negligenciável, sobretudo se tomarmos a péto a penetração muito decidida das teorias sistêmicas na interpretação e na condução da realidade social. A predileção por este ponto de vista metodológico seria parcialmente o resultado da "força" sistêmica dos sistemas modernos, que aperfeiçoam até o extremo sua capacidade de organização interna e concomitantemente sua capacidade de resposta a conflitos perturbadores. Com isto, parece emergir a idéia de que não há conflitos não assimiláveis, não domesticáveis, não conversíveis, ou por outra, não institucionalizáveis. A transcendência tomar-se-ia, assim, cada dia mais um conceito decadente. A incapacidade estrutural de contestação própria seria, então, o resultado. Surgiria a sociedade unidimensional, sem alternativas.

A transcendência chamaria a atenção que a realidade social, do ponto de vista processual, seria aberta, tão aberta, que não admitiria apenas o aperfeiçoamento

14. P. Demo, *Da Burocracia à Administração Total*; H. Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial*; H. Freyer, *Teoria da Época Atual* (Rio de Janeiro, Zahar, 1966); P. Demo, *Herrschaft und Geschichte*.

mento do vigente, mas até mesmo a superação dele. Porque o primeiro tipo de abertura é, com efeito, uma maneira elegante de se fechar.

Corresponde a isto a tendência ao pessimismo cultural vigente hoje em ciências sociais, no sentido de termos implantado uma formação social indesejável e de não termos os meios suficientes de contornar os problemas gerados. A maior necessidade da tecnologia moderna seria a superação de seus próprios males. Vários níveis desta problemática são particularmente acentuados: a dificuldade (para não dizer quase impossibilidade) do desenvolvimento para a maioria dos países do Terceiro Mundo; porque o relacionamento internacional está intrinsecamente baseado nas "desvantagens comparativas"; a dificuldade de se criarem condições confiáveis para a paz, tendo em vista que a ONU é simplesmente um círculo histórico, o lugar do desencontro das nações; o fracasso do socialismo soviético, resultando numa sociedade desigual, burocratizada e imperialista; os limites intrínsecos da democracia, da autogestão, da comunidade; o maquiavelismo político como condição de realismo histórico da política da força; a impotência de movimentos utópicos, tais como as comunidades religiosas, a empresa autogerida, a não-violência etc. Neste contexto, o apelo ao conceito de transcendência significa concretamente que, mesmo sob a pressão aparente de um total enrijecimento da realidade, sempre lateja a possibilidade real de mudança estrutural. Não há fechamento total.¹⁵

7.1.5. Conflito Social "processo civilizatório"

A impossibilidade de a realidade social evoluir para uma estática, que nos obrigaria a adotar o ponto de vista metodológico privilegiante do equilíbrio social orgânico, estaria, sobretudo, garantida pelo conflito social.¹⁶ O conflito já foi muito decantado e muito impugnado, conforme a orientação teórica. A orientação dialética parte do ponto de vista de que toda formação social contém contradições internas suficientes para ser historicamente superável. A situação predominantemente conflituosa da realidade social pertence à sua condição de normalidade histórica.

A consideração de que os conflitos destrutivos seriam elementos espúrios, tenderia a ser taxada de cegueira histórica, já que a maior tecnologia humana é a bélica e a paz se mantém apenas sob o equilíbrio da ameaça. Não é o caso de desenvolvermos aqui uma teoria do conflito. Chamamos apenas a atenção para seu significado metodológico, não somente na linha de um componente comum dentro de qualquer sistema, mas também na linha de uma atuação desestruturante.

15. H. Freyer, *Teoria da Época Atual* (Rio de Janeiro, Zahar, 1966); D. Senghaas e outros, *Análise de Sistemas, Tecnoocracia e Democracia* (Tempo Brasileiro, 1974); J. K. Galbraith, *The New Industrial State* (Signet, 1968); L. C. Bresser Peretia, *Tecnoocracia e Condição* (Rio de Janeiro, Vozes, 1972); C. E. Martins, *Tecnoocracia e Capitalismo* (São Paulo, Brasiliense, 1974); *A Tecnoocracia na História* (São Paulo, Alfa-Omega, 1975).
16. P. Demo, *Conflito Social* (Rio de Janeiro, Vozes, 1973); R. Dahrendorf, *Sociedade y Libertad* (Tecnos, 1971); *Ensaio da Teoria da Sociedade* (Rio de Janeiro, Zahar, 1974); *Homo Sociologicus* (Tempo Brasileiro, 1969).

te, capaz de levar à superação histórica. Neste sentido, conflito social é uma categoria fundamental de análise da dialética. E preciso acentuar também que não exclui a categoria da utopia; pelo contrário, se necessitam, embora se oponham. Porque vivemos uma realidade conflituosa, projetamos sempre uma realidade sem conflitos; não houvesse conflitos, não teríamos por que perseguir uma sociedade alternativa, por que contestar, por que conservar imperceptível a crítica social e científica.

Há formulações "entusiasmas" que vêem no conflito "a alma da sociedade", ou "o agulhão" conitante que a obriga a se mutar, "a fonte" do progresso social, etc.¹⁷ Certamente que não existe apenas o conflito construtivo, que se ira confundir, mais cedo ou mais tarde, com um conflito apenas sistêmico. Um conflito que se quer superador de um sistema é sempre também destrutivo, pelo menos no sentido de que "destrói" ou "deterge" as raízes do sistema anterior, sem que para isto seja necessária a idéia de violência física. A assim dita revolução da secularização — se quisermos considerar como revolução — "destruiu" os valores religiosos como centrais para a construção da sociedade, e mesmo que haja nisso uma violência incontestável, ela seria dificilmente redutível à violência física em termos brutos.

Se todo conflito fosse "regulável", poderíamos, aos poucos, contar com uma sociedade "regulável", a saber, completamente organizada, de tal forma que sua superação também só se daria por via "regular", ou seja, por consenso geral.¹⁸ Tal colocação certamente denota um laivo funcionalista subjacente, porque tende a reduzir o conflito não regulável a um plano patológico. O conflito não pode ser sempre previsto; caso contrário, teríamos, de novo, o modelo de uma sociedade controlada e consensual. A condição de uma previsibilidade e preditibilidade não total pertence ao âmago da sociedade provisória e por isso dialética.

Ao dizermos que toda formação social contém contradições internas suficientes para ser historicamente superável, supomos que a possibilidade de superação não precisa ser imposta de fora. Pelo contrário, pertence à própria estrutura interna da realidade social a capacidade de gerar sua superação, assim como não é necessário que se mate uma pessoa para que ela morra. Todo homem morre porque tem dentro de sua própria estrutura a processualidade imanente. Essa discussão se tornou mais evidente, quando se pretendeu afirmar que as tribos primitivas não tinham dentro delas tendência imanente à mudança. Somente sob pressão externa — uma guerra, uma inundação, uma peste, um terremoto etc — tais sociedades seriam compelidas a mutações; todavia, mesmo nestes casos, não adotariam padrões novos de formação social, mas voltariam a repetir os ante-

17. "Mi tesis es que la misión constante, el sentido y efecto de los conflictos sociales se concretan en mantener y fomentar la evolución de las sociedades en sus partes y en su conjunto" — cf. R. Dahrendorf, *Sociedad y Libertad*, p. 118; L. Coseriu, *The Functions of Social Conflict* (USA, 1964); J. Rex, *Problemas Fundamentais da Teoria Sociológica* (Rio de Janeiro, Zahar, 1973); M. A. Coulson & D. S. Riddell, *Introdução Crítica à Sociologia* (Rio de Janeiro, Zahar, 1972).
18. Existe esta acusação a Dahrendorf, por ter insistido demasiadamente na perspectiva de regulação dos conflitos — cf. R. Dahrendorf, *Sociedad y Sociologia* (Tecnos, 1966); P. Demo, *Conflito Social* (Rio de Janeiro, Vozes, 1973).

riores. Esta questão não é simples, mas cremos que não foge a uma explicação dialética, tanto porque seria mister explicar o motivo pelo qual outras tribos evoluíram, dando origem às civilizações modernas, como porque o conceito comparado de tempo é muito relativo. Comparando-se com a mutação febril a que estão submetidas as sociedades modernas, podemos ter a impressão de que as antigas são paradas. Dentro do contexto do fenômeno humano, todavia, essa impressão se desfaz e permanece a possibilidade de supormos nas tribos mais primitivas condições internas suficientes de superação histórica, apenas ainda não acionadas em ritmo mais veloz pelos condicionamentos sócio-históricos.

7.1.6. Relatividade: do social

O problema da relatividade é, na verdade, uma colocação ontológica, isto é, correspondente à constituição interna do ser em geral, e aqui especificamente do ser social. Partimos do princípio, ou do axioma, de que a realidade social é relativa, querendo com isso dizer que carrega dentro de si o sentido da provisionade, das fases subsequentes, da imperfeição, do constante vir-a-ser. Ela não seria absoluta. A sociedade admitiria apenas a *busca* absoluta de sua perfeição, não sua *realização* definitiva. A existência do conflito social é indicador seguro de sua labilidade congênita: toda harmonia é pelo menos até certo ponto desarmoniosa. Todo equilíbrio social é equilíbrio em conflito, isto é, uma momentânea contenção de interesses divergentes.

Estamos aqui diante de uma petição metafísica que não saberíamos comprovar até ao fim, sendo, portanto, a certa altura da reflexão um passo gratuito. Supomos que a realidade social seja de certa feita íntima. Não há sentido em tentarmos comprovar cabalmente esta suposição, porque tal comprovação é essencialmente circular. "Seria absurda a opção por uma abordagem dialética, se não partisse do pressuposto de que a realidade é construída dialeticamente. Toda abordagem metodológica (...) pressupõe, assim, uma conjectura ontológica, cuja comprovação é circular. Querer provar dialeticamente que a natureza é dialética, é usar na definição o definido. O dialético usa, portanto, uma abordagem dialética, de instrumental dialético, porque imagina que a realidade, da qual se aproxima, é dialética. Se a ciência é a tentativa de captação conceitual da realidade, a elaboração de seus conceitos pressupõe uma concepção anterior de como é feita esta realidade, senão os conceitos correriam perigo de serem estranhos à realidade. Por isso, a concepção última que se tem da realidade se perde na obscuridade de pressupostos ontológicos, que a própria abordagem não consegue provar, por que deles depende."¹⁹

Temos, pois, no início de nossas reflexões, que desejamos suficientemente lógicas, um pressuposto que não passa de um "pressuposto". A consistência lógica de um sistema teórico principia, com efeito, depois deste primeiro passo, mais ou menos gratuito. Toda teoria tem um ponto de partida, senão sequer surgiria a idéia de se formular. Este ponto de partida está fadado a se autoconfirmar na ela-

boração da teoria, já que não se constrói uma teoria para se demonstrar que seu axioma inicial é inaceitável. Não se deve perder de vista que toda construção científica da realidade não se dá em estado teórico puro, mas pressupõe um nível ordenador teórico, que vislumbra nela elementos mais e menos relevantes. Os elementos reais não são vistos em total caos, mas aparecem em planos mais ou menos estruturados; esta estruturação que depois se sofisticava teoricamente é a alma de qualquer teoria, que impõe "ordem", que "inventa" uma tessitura subjacente, que "vê" um relacionamento lógico entre os elementos díspares da realidade multidimensional. O ponto de partida pode ser apoiado com várias considerações, que a própria teoria ministra. *Este pressuposto revela o que esperamos que a realidade seja, para que nosso instrumental de sua captação científica possa adequar-se a ela.* Porque a realidade não é evidente, corremos sempre o risco de elaborar uma metodologia alienada e é por isto que existem várias abordagens discordantes, porque partem de pressupostos diversos.

Aqui emerge a característica processual de uma Metodologia. Supondo-se que a realidade seja processual, o instrumental de sua captação também o deveria ser, para que não se destrua na própria captação seu teor suposto, por uma questão de lógica de adequação. Se a realidade se muta continuamente, sua metodologia também deveria conservar-se aberta a reformulações, e, mais que isto, a superações: suas teorias são provisórias, como provisória é a sociedade.

O relativo, contudo, é um conceito muito peculiar, por revelar uma dialicidade intrínseca: ele não se basta a si mesmo, porque o relativo em si é contraditório. Só é concebível junto com seu contrário, ou seja, o absoluto. Estamos, assim, diante de uma aparente perplexidade lógica: se afirmarmos que a realidade social é relativa sempre, esta afirmação não parece de teor relativo, mas de pretensões absolutizantes, já que seria, pelo menos até certo ponto, um veredito sobre a história passada e futura. Esta aparente perplexidade é solucionável no quadro da utopia e da esperança, como se verá posteriormente. Nestes termos, seria impraticável, a nosso ver, negar à Metodologia dialética uma vertente formalista. Todo instrumental metodológico, ao privilegiar certos conceitos mais que outros, admite que a realidade segue alguma "forma" invariante do acontecer. Mesmo que adotemos como forma de acontecer a variabilidade dele, isto não deixa de ser uma forma entre outras. Toda "forma" do acontecer, à medida que se quer generalizável, é também uma "forma", e como toda "forma", invariável ao conteúdo.

Se concebemos a teoria como uma rede para captarmos o universo, ao optarmos pela rede da dialética, por exemplo, queremos sem dúvida sugerir que esta rede tem certa persistência histórica, por mais que a "processualizarmos". Ou pelo menos, esperamos que a rede não tenha que ser destruída e refeita diante de cada fenômeno novo. Com isto aceitamos sub-repticiamente que ela sobrevive a uma variedade de fenômenos, e possivelmente a todos os fenômenos. Não cremos ser viável, logicamente, negar à dialética, como a qualquer outro tipo de abordagem, a pretensão de ser uma invariante para captar a variabilidade. O termo "invariante" pode ser atenuado como quisermos, e parece-nos que é congruente compreendê-lo como "regulandade", não como "lei" estrita. Mas, mesmo nos

vistos e se socializou no sentido de ser feita com o concurso da massa proletária, de outro lado incide na depauperação crescente do trabalhador.²¹

É relevante também o conceito de transição histórica, mas mais que tudo de consciência proletária da necessidade de transição, que determina a necessidade da revolução socialista, onde, ao lado de uma teoria, surge uma práxis indispensável. Neste quadro elaborou-se o conceito de consciência verdadeira para o proletariado e seu partido, à medida que o partido se manteve apenas órgão da massa, e de consciência falsa para os capitalistas. Temos aí os termos de uma ciência que liga a explicação da realidade à sua transformação, pelo menos no jovem Marx.²²

A visão da evolução histórica é concebida à base do materialismo, na fórmula clássica da infra-estrutura econômica como dominante em última instância da superestrutura ideológica, política, religiosa etc.²³ Aí está um pressuposto ontológico típico, mas que alcançou grande aceitação, cunhando profundamente todo o planejamento governamental que em essência passou a ser planejamento político da economia.

A transição histórica tende a ser vista num quadro radical que muitas vezes dá a entender que a história anterior não passou de uma pré-história; é um ponto obscuro, até que nível se pretendia, com o esquema de interpretação do capitalismo, interpretar a história inteira anterior. Por exemplo, o conceito de classe aplicar-se-ia, possivelmente, só a sociedades de base capitalista, segundo o modelo da Inglaterra da segunda metade do século passado, não às sociedades anteriores, e muito menos às sociedades primitivas?

Como vamos voltar inúmeras vezes a estas questões, não vamos agora detalhar. Embora haja textos de Marx concebidos dentro da tônica típica da época, de determinismo científico, é mais fácil fundamentar nele uma relativa abstração dialética. Em Engels isto já fica muito mais difícil. A base da concepção de que se podem formular leis do devir histórico e de que esta lei fundamental seria a predominância da base material econômica, chegou-se facilmente ao conceito de necessidade da transição do capitalismo para o socialismo e deste para o comunismo. É necessário acentuar que esta visão ocasionou um agarramento profundo à prática, realizando em boa parte a perspectiva de Marx de superação de uma ciência especulativa hegeliana. Mas, de igual maneira, conferiu a este tipo de dialética uma tonalidade tendencialmente dogmática, que é amplamente debatida como incapaz de suprimir *de per si* a ditadura do partido sobre o proletariado. Assim, teríamos uma postulação radical de abertura em favor da superação do capitalismo, mas um visível fechamento quando se trata da superação de si mesma. Esta dialética seria, então, também finalista, como fora a de Hegel, conce-

21. M. B. Ajam e G. Mury, *Las clases Sociales y el Marxismo* (Platina, 1965); N. Poulantzas, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (Rio de Janeiro, Zahar, 1975); G. Gurvitch, *As Classes Sociais* (Iniciativas, 1966); R. Dahrendorf, *Las Clases Sociales y su Conflicto en la Sociedad Industrial* (Rialph, 1970); A. Giddens, *A Estructura de Clases das Sociedades Avanzadas* (Rio de Janeiro, Zahar, 1975); N. Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais*, 2 v. (Portucalense, 1971).

22. G. Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein* (Der Malik V., 1923).

23. F. Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (Estampa, 1971).

agarrando à idéia de regularidade e de probabilidade, não escapamos ao pressuposto de que há sob as coisas alguma ordem, que permite ordená-las, e que esta ordem não precisa ser recriada em cada fato novo, mas persiste ontologicamente. É uma das grandes questões metodológicas atuais, até que ponto a dialética deve reconhecer-se como um "esquema" explicativo estrutural.

Retornando à metáfora da rede, a dialética, por ser processual, também se admitirá provisória em suas malhas, que estarão, de acordo com a História, mais ou menos adequadas à realidade, necessitadas de contestação e superação. Mas não deixará de se conceber como uma rede, por cujas malhas passa o tempo. Poderíamos tentar conceber uma processualidade radical da própria metodologia, no sentido de que ela deveria mudar-se com toda realidade nova. Embora seja atraente esta perspectiva, cremos ser ainda mais precária que a anterior. Retornaremos a isto posteriormente.

7.1.7. E a dialética marxista?

O fato de não termos até agora tocado na dialética marxista foi proposital. Uma fundamentação geral da dialética não tem por que ser marxista, já que esta não passa de uma versão possível; houve dialética antes de Marx e, após ele, pode-se cultivar a dialética em contexto não marxista, como é nosso caso.

Distingue-se no marxismo entre materialismo histórico e materialismo dialético, significando o primeiro a teoria da transição histórica e o segundo seu instrumental de captação.²⁰ Tomando a sério a idéia do conflito social como categoria fundamental da história, a dialética marxista trabalhou com especial profundidade o conceito de "classe" que significa a incorporação histórica do maior conflito interno ao capitalismo e que o levaria necessariamente à superação. Classe significa a dicotomia peculiar do capitalismo, segundo a qual não há conciliação possível entre os detentores do capital (proprietários dos meios de produção) e os vendedores de sua força-de-trabalho (proletariado). O fenômeno fundamental da exploração capitalista é explicado pela mais-valia, que capta a apropriação do sobretrabalho por parte do capitalista, ou seja, do produto gerado pelo trabalhador, em troca do qual se paga um salário de sobrevivência. Neste mesmo contexto é importante a categoria de "modo de produção capitalista", cuja característica é o afastamento do trabalhador do seu produto, surgindo a interessante perspectiva, de que, se de um lado a produção material atingiu níveis tecnológicos nunca

20. M. Harnacker, *Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico* (Siglo 21, 1972); H. Lefebvre, *Lógica Formal/Lógica Dialética* (Civilização Brasileira, 1975); M. Godolier e outros, *Epistemología y Marxismo* (Martinez Roca, 1974); M. Dal Pra, *La Dialética en Marx* (Martinez Roca, 1971); A. Gramsci, *El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce* (Nueva Visión, 1973); J. P. Sartre, *Questão de Método* (Difel, 1972); K. Marx, *Contribuição para a Crítica da Economia Política* (Estampa, 1973); E. Botigelli, *A Gênese do Socialismo Científico* (Estampa, 1971); V. I. Ulianov, *Materialismo e Empirio-crítico* (Estampa, 1971); Marx/Engels, *Obras escogidas*, 2 v. (Ayuso, 1975); H. Lefebvre, *Materialismo Dialético e Sociologia* (Presença, s.d.).

bendo, estranhamente, uma transição histórica necessária em determinado ponto do tempo, mas suprimindo-a a partir daí, quando estaria em jogo a própria formação social socialista. Neste sentido, parece-nos cabível a objeção de historicismo.

É fácil ver que as categorias gerais da dialética se aplicam convenientemente ao pensamento marxista: historicidade, processo, mutação, conflito etc. É uma visão muito dinâmica da História e levantou um instrumental importante de interpretação do capitalismo. A despeito das críticas, é de se reconhecer que, na interpretação do fenômeno capitalista, é inevitável pelo menos o diálogo com Marx. A tendência dogmatizante se percebe também facilmente na generalização demarcada do conflito capitalista: tem-se a idéia de que, superando-o, entrariamos numa era já sem conflitos. Ora, o conflito capitalista é apenas uma das manifestações históricas do conceito geral de conflito; superando-o, superamos somente uma fase de sua manifestação, o conteúdo capitalista dele. Não inauguramos, em absoluto, uma sociedade simplesmente sem conflitos. Continua de pé também para o socialismo, que é uma formação social contendo suficientes conflitos internos para ser historicamente superável. Caso contrário, temos uma dialética muito estranha: é dialética (negadora) para com os adversários, mas extremamente protetora para consigo mesma. É o exemplo típico de uma crítica que não parte da autocritica.

De qualquer maneira, é válido reconhecer que a posição marxista inaugurou uma forma nova de construção das ciências sociais e imprimiu à dialética uma feição muito particular. Ela também, contudo, só tem avançado à medida que tem entrado em crise.

7.2. ESQUEMAS BÁSICOS

7.2.1. Sentido das fases

Usa-se basicamente o esquema simplificado e modelar de tese, antítese e síntese. Esta trilogia é, na verdade, uma *duologia*, porque toda síntese se constitui numa tese seguinte, continuando sempre o processo fundamental. A especificidade da dialética está contida em última análise no conceito de *antítese*, que a qualifica essencialmente de negativa. Consagra-se o princípio da negatividade como constitutivo da realidade e do método de sua captação.

Toda situação social dada pode ser considerada como tese. Tal situação, pelas razões já referidas anteriormente, desenvolve dentro de si uma série de fenômenos que conceituamos como historicidade, mutação, processo, transcendência, conflito e que a torna intrinsecamente física. Toda situação social será, assim, mera fase, o que decreta sua provisoriamente e a possibilidade sempre presente de sucessão histórica. Para que esta situação dada — a tese — se supere, de tal forma que dela surja outra situação possivelmente diversa, é mister a presença de alguma força negadora que contenha os germes da nova condição. Nisto estaria a crença dialética de que toda sociedade, por mais que se institucionalize, gera dentro de si as condições suficientes de mutação social, tanto a nível sistêmico como a nível

ultra-sistêmico. A negatividade, como princípio social, é a força que mantém viva a provisoriamente de cada fase, coerente com o conceito de fase: ela se esgota um dia e dá lugar a outra.

Advindo a superação da fase, caímos numa situação seguinte, que também não deixará de ser uma fase; portanto, a assim dita síntese é apenas a seguinte tese. O esquema dialético é essencialmente dualista: admite que a realidade social seja uma realidade premente de afirmação e negação, que marcam sua processualidade incessante.

A antítese não se pode conceber como uma fase em si, sendo negativa, ela é no fundo o que falta, o sinal de imperfeição, da incompleição, que obriga a realidade a se mutar, em busca de formas tidas por mais completas. Por mais negativa que considerarmos uma situação social, ela, como época histórica, é uma situação dada como qualquer outra. Antítese significa nada mais que a coexistência de pólos contrários dentro da mesma realidade, que passa a ser concebida como tensão constante. Se apelarmos para um exemplo concreto, a interpretação do socialismo como antítese do capitalismo pode ser uma ilusão lógica. O socialismo pode agir concomitantemente dentro do capitalismo como força determinante; mas se se constituir como realidade concreta, será uma entre outras situações sociais possíveis, e, assim sendo, conterá também suas possibilidades antitéticas, que podem mesmo ser as capitalistas. Não se pode perder de vista que o socialismo aplicado é uma situação social afirmada: o que existe concretamente não é negativo. Quando se nega algo sobre uma situação concreta afirmada, aponta-se para aquilo que "falta" na situação dada, na sua incompleição respectiva; se esta falta for suprida, perde seu teor negativo e passa a ser também situacional, podendo, como toda situação, ser negada. Portanto, se nosso pressuposto inicial for que toda sociedade será provisória, o socialismo, mesmo concebido como negação do capitalismo, ao se concretizar, será também uma formação social provisória. Existe aqui uma trama lógica subjacente entre o afirmativo e o negativo em congruência com o prático e o teórico, como já víamos em outros momentos. A antítese só pode ser entendida como fase no sentido da coexistência, não da subsequência. Ou seja, toda antítese realizada é uma tese.

Dizíamos que a antítese é o conteúdo mais específico da dialética. De acordo com a força negadora da antítese, resulta uma síntese mais ou menos radical, resulta reforma ou revolução. Assim sendo, a quantidade e a qualidade do novo na síntese está na proporção da radicalidade da antítese. Se estivermos diante de uma antítese benigna, sistêmica, seu resultado será um rearranjo do sistema em questão, será um melhoramento das condições dadas, serão realocações dos mesmos elementos; ou por outra, se a força da antítese não for suficiente, ela apenas repete na síntese o que já estava contido na tese. Se, porém, estivermos diante de uma antítese mais radical que questione não só pontos esparsos do sistema, mas ele próprio globalmente, o teor do novo pode superar o teor do velho na síntese.

Concebe-se a possibilidade histórica de ambos os casos: nada existe de prescrito na História para que ela seja apenas de estilo sistêmico ou de estilo supra-sistêmico, ou seja, a opção concreta por uma reforma ou por uma revolução de